



Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA

#G9A 9GD97-5@-8589

Tipo 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo oitenta questões objetivas e três questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos destinado às respostas das questões discursivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e as respostas às questões discursivas
- o **tempo mínimo de permanência** do candidato em sala, após o início da prova, deve ser de **2 horas e 30 minutos**
- **30 minutos** antes do término da prova será permitido ao candidato **levar o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Língua Portuguesa

1

O slogan publicitário *Se dirigir, não beba!* apela argumentativamente para um(a):

- (A) estrutura dialógica que coloca em discussão julgamentos de valor;
- (B) convencimento racional através do entendimento lógico;
- (C) intimidação do leitor, provocando constrangimento ou medo;
- (D) sedução do leitor por meio do destaque de alguma de suas qualidades, como a prudência;
- (E) tentativa de competição com os cidadãos mais responsáveis.

2

Todos os pensamentos abaixo partem de uma metáfora ou de uma comparação; o pensamento que mostra uma justificativa para a metáfora ou comparação realizada é:

- (A) A cidade não é uma selva de concreto; é um zoológico humano. (Desmond Morris)
- (B) Todas as especulações são cinza, meu amigo, mas a árvore de ouro da vida é eternamente verde. (Goethe)
- (C) Cada ave, com asas estendidas, é um livro de duas folhas aberto no céu. Protejamos esse livro. E aumentemos, com essa proteção, a miúda bibliografia. (Humberto de Campos)
- (D) A distância é como o vento. Acende os fogos grandes e apaga os pequenos. (D. Modugno)
- (E) A boa sociedade é uma horda de refinados, composta de duas tribos: uma que se aborrece e outra que aborrece. (Lord Byron)

3

O primeiro capítulo do livro *A evolução da escrita*, de Carlos M. Horcades, diz o seguinte:

Letras são como abelhas. Uma abelha sozinha é apenas um inseto irracional. Mas, se observarmos uma colmeia com seu funcionamento extremamente complexo, com operárias, soldados, babás, faxineiras, zangões e rainha, veremos que esses insetos primitivos desempenham funções bem determinadas. A abelha não tem inteligência individual, mas a colmeia é dotada de inteligência coletiva.

Isso acontece também com as letras. Uma letra sozinha não vale nada. Mas letras juntas formam palavras, e palavras são pensamento. (p.15)

Ao fazer uma analogia entre letras e abelhas, o autor do texto permite ao leitor uma série de inferências; entre as inferências abaixo, aquela que se mostra INADEQUADA é:

- (A) as letras devem ser diferentes entre si;
- (B) as letras juntas registram ideias;
- (C) o alfabeto permite a representação do pensamento organizado;
- (D) cada letra possui uma função específica nas palavras;
- (E) letra/palavra/frase/texto mostra uma evolução de complexidade.

4

Um shopping mostrava o seguinte aviso na entrada de um dos seus elevadores: “É permitida a entrada de cães no elevador social e de serviço, apenas”.

A redação do texto mostra problemas estruturais, mas depreende-se do texto e da situação, que:

- (A) cães não podem entrar nas lojas ou andar pelos corredores;
- (B) os cachorros não podem subir pelas escadas rolantes;
- (C) os donos de cães só podem subir com os animais pelo elevador de serviço;
- (D) o transporte de animais deve ser obrigatoriamente realizado com acompanhantes no elevador social;
- (E) cães não são bem-vindos ao shopping.

5

As frases abaixo são compostas por uma afirmação inicial, seguida por segmentos de tipos diversos. Aquela frase em que a afirmação inicial sublinhada mostra a seguir um argumento que a defende é:

- (A) Os automóveis brasileiros são muito ruins, foi o que disse o ex-presidente Collor, impedido durante seu mandato.
- (B) A automedicação é um hábito perigoso, e é o que fazem milhares de brasileiros irresponsáveis.
- (C) A venda de computadores de mesa está caindo, as empresas passaram a dar mais atenção à venda de portáteis.
- (D) As provas de concursos públicos reduziram em número este ano, embora o desemprego tenha aumentado.
- (E) Mesmo os restaurantes de luxo passaram a oferecer pratos executivos mais baratos; a crise atingiu também a mesa.

6

Observe o seguinte texto:

Mais uma vez morre uma criança vítima de bala perdida no centro do Rio de Janeiro. Na verdade, trata-se de uma demonstração clara da ineficiência policial. Quantos mais terão que morrer para que as autoridades reconheçam que a estratégia de segurança está errada?

Nesse texto, o argumentador apresenta:

- (A) sua própria opinião;
- (B) uma opinião particular como geral;
- (C) uma opinião alheia;
- (D) uma tese e a comenta;
- (E) várias opiniões que se opõem.

Texto 1

A revista *Scientific American Brasil* publicou, em seu n. 18, o seguinte texto:

Analgésico espinhoso. *Embora a medicina tenha avançado o suficiente para tratar de dores de cabeça comuns, lesões musculares e procedimentos desagradáveis como obturação dentária, a dor inflamatória, da osteoartrite, de câncer ósseo e de lesões nas costas, provou ser um alvo muito mais elusivo. Os medicamentos atuais, entre eles a morfina e outros opiáceos, afetam todo o organismo e provocam efeitos colaterais perigosos. Remédios mais localizados, como injeções de esteroides, perdem efeito com o tempo. Recentemente, pesquisadores começaram a trabalhar com uma toxina encontrada em uma planta marroquina parecida com um cacto, que talvez possa proporcionar alívio permanente de dores locais com uma única injeção.* (Arlene Weintraub)

7

O adjetivo *espinhoso* dado ao substantivo *analgésico* no título do texto 1 é justificado por:

- (A) destinar-se a problemas sérios de algumas dores;
- (B) originar-se de um cacto, planta com espinhos;
- (C) esbarrar com dificuldades para sua criação;
- (D) produzir efeitos colaterais perigosos;
- (E) aparentar-se com opiáceos, semelhantes à morfina.

8

Na frase “...*provou ser um alvo muito mais elusivo*”, o adjetivo “elusivo”, nesse segmento do texto 1 pode ser substituído, mantendo-se o sentido da frase, por:

- (A) ilusório;
- (B) inconclusivo;
- (C) ambicionado;
- (D) discutível;
- (E) evasivo.

9

Como outros textos jornalísticos, o texto 1 também apresenta uma estrutura segmentada em partes diferentes; dessa estrutura, no texto lido, só NÃO está presente:

- (A) apresentação de uma situação difícil;
- (B) confirmação da apresentação por meio de exemplos;
- (C) análise das causas que levaram à situação citada;
- (D) indicação de uma solução possível;
- (E) informação sobre as vantagens da solução indicada.

10

Embora a medicina tenha avançado o suficiente para tratar de dores de cabeça comuns, lesões musculares e procedimentos desagradáveis como obturação dentária, a dor inflamatória, da osteoartrite, de câncer ósseo e de lesões nas costas, provou ser um alvo muito mais elusivo.

Esse segmento do texto 1 traz um problema de estruturação que dificulta a compreensão. Esse problema é:

- (A) a não identificação clara dos termos abrangidos pela concessiva *embora*;
- (B) a concordância verbal errada na forma *provou* já que os sujeitos estão no plural;
- (C) a ausência do artigo definido unido à preposição “de” nos termos “de câncer ósseo e de lesões nas costas”;
- (D) a não repetição da preposição *de* antes dos termos “lesões musculares e procedimentos desagradáveis”;
- (E) o emprego deslocado do adjetivo *comuns* que, apesar de referir-se a “dores” parece junto ao substantivo “cabeça”.

11

Um político declarou certa vez que a televisão é a causa do aumento da violência entre os jovens e, por isso, as leis devem cuidar de impor limites à sua programação.

No caso desse raciocínio, o erro está em:

- (A) utilizar defeituosamente o método dedutivo;
- (B) estabelecer uma analogia inadequada;
- (C) produzir uma digressão a partir de um dado desimportante;
- (D) criar um estereótipo;
- (E) mostrar uma relação causa/efeito defeituosa.

12

Observe o seguinte texto:

Os robôs já sabem discernir e reagir à fala graças a softwares de reconhecimento de voz como a Siri do iPhone; mas as máquinas inteligentes ainda têm dificuldades com a maioria dos outros sons. “Em certo sentido esse é um problema mais simples, no entanto não tem havido muito trabalho com ruídos ambientais”, avalia o roboticista Joseph Romano, da Rething Robotics, em Boston. “Isso não tem sido uma prioridade para o feedback robótico”.

Como outros textos, este também apresenta conectores, ou palavras de ligação, que organizam o texto por meio da ordenação das diferentes ideias.

Entre os conectores abaixo, aquele que apresenta seu valor semântico de forma adequada, de acordo com o texto, é:

- (A) e / alternativa;
- (B) graças a / consequência;
- (C) com / referência;
- (D) no entanto / concessão;
- (E) para / finalidade.

13

Nos itens abaixo aparecem: a designação da autoridade, o tratamento utilizado para essa autoridade, em forma abreviada, e o vocativo correspondente em casos de correspondência.

A alternativa em que, segundo o *Manual de Redação da Presidência da República*, todas as informações estão corretas é:

- (A) Senador – V. Ex^a. – Excelentíssimo Senador;
- (B) Papa – V. S^e. – Santíssimo Padre;
- (C) Chefe de Repartição – V. S^o. – Senhor;
- (D) Deputado Federal – V. Ex^{cia}. – Excelentíssimo Senhor;
- (E) Reitor de Universidade – V. M. – Magnífico Reitor.

14

Um professor de Sociologia solicitou a seus alunos que indicassem argumentos pertinentes ao seguinte tema: *Os árbitros esportivos deveriam aceitar auxílio de meios eletrônicos?*

Entre os argumentos listados abaixo, aquele que se mostra menos pertinente ao terreno sociológico é:

- (A) a possibilidade de serem reparados os erros cometidos;
- (B) o esporte deve continuar como espetáculo e não como espaço de especialistas;
- (C) o novo meio criaria uma discriminação entre países ricos e pobres;
- (D) o processo constituiria um progresso na área esportiva;
- (E) o homem seria dominado pela técnica.

15

Remédios mais localizados, como injeções de esteroides, perdem efeito com o tempo.

O valor semântico do termo sublinhado se repete no seguinte pensamento:

- (A) O objeto em si não conta; importa a maneira como é apresentado. (Raoul Dufy)
- (B) Eu sou firme; você, obstinado; ele, teimoso como uma mula. (Bertrand Russell)
- (C) Para o biólogo, o homem é um animal como os demais. (Jean Rostand)
- (D) As ciências modernas, como a informática, muito dificultam o dia a dia. (M. Fernandes)
- (E) Pense como um homem de ação e aja como um pensador. (Henri-Louis Bergson)

16

Um assaltante declarou ao juiz: “Senhor Juiz, minha família está passando necessidades, daí eu ter assaltado o banco”.

O argumento do assaltante mostra o seguinte problema estrutural:

- (A) a premissa não é verdadeira;
- (B) a conclusão não é decorrência lógica da premissa;
- (C) a estrutura tem validade, mas não tem verdade;
- (D) a premissa não é suficiente para a conclusão;
- (E) a conclusão não mostra relação lógica com a premissa.

17

Sempre que passamos diretamente de uma premissa a uma conclusão, consideramos verdadeira uma ideia intermediária. Nos conjuntos abaixo, aquele que mostra uma conclusão antes da premissa é:

- (A) O chão do restaurante está escorregadio. / Alguém derramou azeite no chão.
- (B) Meu filho está se vestindo. / Meu filho vai sair.
- (C) Não vou poder escrever a carta. / Meu computador apresentou defeito.
- (D) A luz apagou na cidade. / Um acidente deve ter derrubado um transformador.
- (E) Meu time ganhou o jogo de ontem. / Meu time é o melhor do campeonato.

18

Um jornal carioca anunciava aos turistas na cidade: Pesquisa da UFRJ mostrou que as praias do Rio não estão poluídas, por isso todos podem frequentá-las.

Nesse caso, o raciocínio se apoia numa premissa que é um(a):

- (A) fato;
- (B) opinião;
- (C) testemunho de autoridade;
- (D) analogia;
- (E) argumento absurdo.

19

Algumas vezes dois enunciados não apresentam relação lógica entre si, daí que não possam ser considerados premissa e conclusão.

A alternativa em que os enunciados são independentes é:

- (A) O Brasil é o maior país da América do Sul. / O Brasil tem importância política na América do Sul.
- (B) Os mais ricos preferem os carros importados. / O BMW é um carro importado.
- (C) Bons juízes são raros. / Os juízes de qualidade devem ganhar mais.
- (D) O combustível está a cada dia mais caro. / É preferível comprar carros econômicos.
- (E) Os adolescentes estão viciados em celulares. / A educação dos filhos deve compreender o controle de uso dos seus celulares.

20

Analise o seguinte raciocínio:

Observando alguns turistas brasileiros, deduzimos que os sulistas são mais ricos que os nordestinos.

Esse raciocínio é do tipo indutivo (do particular para o geral); a inferência realizada é fruto do(a):

- (A) generalização;
- (B) relação causa/efeito;
- (C) analogia;
- (D) opinião preconceituosa;
- (E) certeza insofismável.

Raciocínio Lógico

21

João é mais baixo do que Ana. Pedro não é mais baixo do que Ana. Denise não é mais alta do que João.

É correto concluir que:

- (A) Ana é mais alta do que Pedro;
- (B) Pedro é mais baixo do que João;
- (C) Denise é mais alta do que Ana;
- (D) João é mais baixo do que Pedro;
- (E) Denise é mais alta do que Pedro.

22

Considere como verdadeiras as afirmativas:

- Se Jorge é francês, então Denise é espanhola.
- Denise não é espanhola ou Beatriz é brasileira.

Sabe-se que Beatriz não é brasileira.

Logo, é correto afirmar que:

- (A) Denise é espanhola e Jorge é francês;
- (B) Denise é espanhola ou Jorge é francês;
- (C) se Beatriz não é brasileira, então Denise é espanhola;
- (D) se Denise não é espanhola, então Jorge é francês;
- (E) se Jorge não é francês, então Denise não é espanhola.

23

A negação lógica da sentença “Se eu como e não corro, então eu engordo” é:

- (A) Se eu como e não corro, então eu não engordo.
- (B) Eu como e não corro e não engordo.
- (C) Se eu não engordo, então eu não como ou corro.
- (D) Eu não como e corro e não engordo.
- (E) Se eu não como ou corro, então eu não engordo.

24

Considere a sentença: “Se x é um número par e y é um número maior do que x , então y é um número ímpar”.

Sendo x um elemento do conjunto A e y um elemento do conjunto B , um cenário no qual a sentença dada é sempre verdadeira é:

- (A) $A=\{2, 3, 4\}$ e $B=\{2, 3, 5\}$;
- (B) $A=\{2, 3, 4\}$ e $B=\{3, 4, 5\}$;
- (C) $A=\{1, 2, 3\}$ e $B=\{3, 4\}$;
- (D) $A=\{1, 2, 3\}$ e $B=\{4, 5\}$;
- (E) $A=\{3, 4\}$ e $B=\{5, 6\}$.

25

Considere a sentença: “Se Pedro é torcedor do Avaí e Marcela não é torcedora do Figueirense, então Joana é torcedora da Chapecoense”.

Uma sentença logicamente equivalente à sentença dada é:

- (A) Se Pedro não é torcedor do Avaí ou Marcela é torcedora do Figueirense, então Joana não é torcedora da Chapecoense.
- (B) Se Pedro não é torcedor do Avaí e Marcela é torcedora do Figueirense, então Joana não é torcedora da Chapecoense.
- (C) Pedro não é torcedor do Avaí ou Marcela é torcedora do Figueirense ou Joana é torcedora da Chapecoense.
- (D) Se Joana não é torcedora da Chapecoense, então Pedro não é torcedor do Avaí e Marcela é torcedora do Figueirense.
- (E) Pedro não é torcedor do Avaí ou Marcela é torcedora do Figueirense e Joana é torcedora da Chapecoense.

26

Se o dobro de x é igual ao triplo de y , então a terça parte de x é igual:

- (A) à metade de y ;
- (B) ao dobro de y ;
- (C) à sexta parte de y ;
- (D) à quarta parte de y ;
- (E) ao sêxtuplo de y .

27

Em uma caixa só pode haver bolas pretas ou brancas. Sabe-se que a caixa não está vazia e que não é verdade que “todas as bolas na caixa são pretas”.

Então é correto concluir que:

- (A) nenhuma bola na caixa é preta;
- (B) todas as bolas na caixa são brancas;
- (C) há pelo menos uma bola preta na caixa;
- (D) há pelo menos uma bola branca na caixa;
- (E) há bolas pretas e bolas brancas na caixa.

28

Uma gaveta A tem sete canetas vermelhas e uma gaveta B tem sete canetas azuis. Essas são as únicas canetas contidas nas duas gavetas. Retiram-se três canetas da gaveta A, que são então colocadas na gaveta B. Agora, retiram-se, aleatoriamente, quatro canetas da gaveta B, que são então colocadas na gaveta A.

Após essas transferências, é correto afirmar que:

- (A) só ficaram canetas azuis na gaveta B;
- (B) só ficaram canetas vermelhas na gaveta A;
- (C) há pelo menos uma caneta vermelha na gaveta B;
- (D) há pelo menos uma caneta azul na gaveta A;
- (E) há mais canetas azuis na gaveta B do que canetas vermelhas na gaveta A.

29

Sabe-se que:

- Se X é vermelho, então Y não é verde.
- Se X não é vermelho, então Z não é azul.
- Se Y é verde, então Z é azul.

Logo, deduz-se que:

- (A) X é vermelho;
- (B) X não é vermelho;
- (C) Y é verde;
- (D) Y não é verde;
- (E) Z não é azul.

30

Sabe-se que são verdadeiras as afirmativas:

- Se Z, então não X.
- Se não Z, então Y.

Logo, deduz-se que:

- (A) Z é necessário para X;
- (B) Z é suficiente para Y;
- (C) X é necessário para Y;
- (D) X é suficiente para Z;
- (E) Y é necessário para X.

Noções de Direito Constitucional**31**

João, servidor público federal, estava conduzindo, no exercício de suas funções, o veículo da repartição em que trabalha, quando realizou uma inversão de direção proibida e colidiu com o veículo de Antônio, que se lesionou com o impacto. Ato contínuo, Antônio procurou um advogado e solicitou informações a respeito da natureza da responsabilidade civil no evento que o lesionou.

À luz da sistemática constitucional, a única resposta correta é:

- (A) responsabilidade objetiva e subsidiária da União;
- (B) responsabilidade subjetiva da União;
- (C) responsabilidade objetiva de João;
- (D) responsabilidade subjetiva e exclusiva de João;
- (E) responsabilidade objetiva da União e subjetiva de João.

32

Determinado legitimado ingressou com ação civil pública visando à implementação de certo direito social dos trabalhadores. Ao fim da relação processual, o pedido foi julgado improcedente sob o argumento de que a norma constitucional que estaria sendo descumprida possui contornos essencialmente programáticos, ao que se soma a constatação de que a reserva do possível impediria a implementação dos direitos sociais na dimensão almejada.

À luz da sistemática constitucional e da doutrina sedimentada a respeito dos direitos sociais, os fundamentos da sentença proferida são:

- (A) totalmente inadequados, pois os direitos sociais são previstos em normas de eficácia plena e sempre deve ser possível implementá-los;
- (B) parcialmente inadequados, pois a categoria das normas programáticas está restrita à disciplina dos clássicos direitos de liberdade;
- (C) parcialmente inadequados, pois a disponibilidade financeira e orçamentária está associada à implementação dos direitos de liberdade;
- (D) parcialmente inadequados, pois o caráter programático da norma constitucional não compromete a sua plena eficácia, principalmente quando consagra direitos;
- (E) totalmente adequados, pois os direitos sociais de estatura constitucional normalmente precisam ser integrados pela lei e demandam gastos para a sua implementação.

33

Ricardo e Marco, respectivamente Chefe do Poder Executivo e servidor responsável pela tesouraria, encaminharam sua prestação de contas anual ao órgão competente.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que esse órgão é:

- (A) a Casa Legislativa competente, que deve apreciar as contas de Ricardo e Marco em caráter definitivo;
- (B) o Tribunal de Contas, que deve limitar-se a emitir parecer prévio, cabendo à Casa Legislativa o julgamento das contas;
- (C) o Tribunal de Contas, que deve emitir parecer em relação às contas de Ricardo e julgar as contas de Marco;
- (D) a Casa Legislativa competente em relação às contas de Ricardo e o Tribunal de Contas em relação às contas de Marco;
- (E) o Tribunal de Contas, que deve julgar as contas apresentadas por Ricardo e Marco.

34

Determinado Vereador percebeu que a Lei X do respectivo município, apesar de estar plenamente harmônica com a Constituição Federal de 1988, apresentava certas dissonâncias em relação à Constituição do Estado. Afinal, a Constituição detalhara a disciplina estatutária relativa aos servidores públicos municipais, isso com o objetivo de uniformizar a matéria em todos os Municípios.

À luz desse quadro, o Vereador solicitou à sua assessoria que analisasse os aspectos gerais da influência das Constituições Federal de 1988 e do Estado sobre a legislação do Município. Dentre as opções abaixo, a única que se mostra harmônica com a sistemática constitucional é:

- (A) a Lei X, por força do princípio da simetria, não poderia destoar de nenhum comando da Constituição Estadual, mesmo que relativo a matéria de competência do Município;
- (B) a Constituição Estadual não pode desconsiderar a divisão de competências estabelecida na Constituição Federal de 1988, devendo preservar a autonomia do Município;
- (C) a Constituição Estadual, para vincular o Município na edição da Lei X, deveria dispor de maneira expressa que a respectiva norma incidiria sobre todos os Municípios;
- (D) a Lei X, por força do princípio da unidade nacional, deveria observar os comandos da Constituição Federal de 1988, não os da Constituição Estadual;
- (E) em razão da autonomia política dos entes federativos, tanto a Constituição Federal de 1988 como a Constituição Estadual não vinculariam o Município.

35

Beto e Pedro travaram intenso debate a respeito dos conceitos de nacionalidade e cidadania. De acordo com Beto, todo nacional, que é necessariamente cidadão, possui direitos políticos. Para Pedro, por sua vez, só o cidadão, não qualquer nacional, possui direitos políticos.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) Beto e Pedro estão totalmente corretos;
- (B) Beto está totalmente correto e Pedro parcialmente correto, já que todo nacional é cidadão;
- (C) Beto está incorreto em parte, pois o nacional não precisa ser cidadão e Pedro incorreto, já que não só o cidadão tem direitos;
- (D) Pedro está totalmente correto e Beto incorreto, pois nacionalidade e cidadania são institutos distintos;
- (E) Beto e Pedro estão totalmente incorretos.

36

Após amplos debates, um grupo de estudantes concluiu que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão de controle externo do Poder Judiciário; somente é integrado por membros do Poder Judiciário; e tem competência para rever os atos jurisdicionais praticados pelos órgãos controlados.

À luz da sistemática constitucional, essa conclusão está:

- (A) totalmente incorreta, já que dissonante da ordem constitucional;
- (B) parcialmente incorreta, pois o CNJ também exerce o controle externo sobre outros órgãos;
- (C) parcialmente incorreta, já que o CNJ pode controlar atos jurisdicionais quando autorizado;
- (D) parcialmente incorreta, pois o CNJ também possui membros estranhos ao Judiciário;
- (E) totalmente correta, já que harmônica com a ordem constitucional.

37

Luís, portador de deficiência física congênita e trabalhador da iniciativa privada, solicitou a orientação de um profissional da área jurídica a respeito das peculiaridades do regime geral de previdência social considerando a sua situação pessoal.

O profissional consultado respondeu corretamente que Luís:

- (A) não pode ser beneficiado por qualquer requisito ou critério diferenciado para a obtenção de aposentadoria;
- (B) poderia ser beneficiado por critérios diferenciados para se aposentar caso exercesse atividade insalubre, mas não por ser deficiente;
- (C) poderia ser beneficiado por requisitos ou critérios diferenciados para se aposentar caso fosse mulher, mas não por ser deficiente;
- (D) poderia ser beneficiado por critérios diferenciados para se aposentar caso o seu trabalho prejudicasse a saúde, mas não por ser deficiente;
- (E) pode ser beneficiado por requisitos ou critérios distintos para se aposentar nos termos de lei complementar.

Noções de Direito Administrativo

38

Alfa, Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho de determinada região, utilizou, pelo período de seis meses, materiais de informática da Vara do Trabalho onde estava lotado, em serviços e atividades particulares, para ajudar sua irmã, que estava montando uma empresa de propaganda e marketing.

De acordo com o regime disciplinar estabelecido na Lei nº 8.112/90, após regular processo administrativo disciplinar, Alfa está sujeito à pena de:

- (A) demissão, aplicada pelo Presidente do TRT;
- (B) suspensão até 180 dias, aplicada pelo Presidente do TRT;
- (C) suspensão até 90 dias, aplicada pelo Corregedor do TRT;
- (D) suspensão até 90 dias, aplicada pelo Presidente do TRT;
- (E) advertência, aplicada pelo Corregedor do TRT.

39

Fernanda, atualmente com 24 anos, era casada há 3 anos com Manoel, Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, ocupante de tal cargo efetivo há 20 anos ininterruptamente. Manoel faleceu com 60 anos em acidente automobilístico ocorrido no mês de julho de 2017.

De acordo com as disposições da Lei nº 8.112/90, Fernanda:

- (A) não tem direito a qualquer pensão, pois não completou o período mínimo de 5 anos de casamento com o servidor falecido;
- (B) não tem direito a qualquer pensão, pois está configurada fraude presumida à previdência pela diferença de idade superior a 30 anos entre o servidor falecido e a beneficiária;
- (C) tem direito à pensão provisória pelo período de 6 anos, tendo em vista que, na data do óbito do servidor, a beneficiária tinha 24 anos;
- (D) tem direito à pensão vitalícia e proporcional, tendo em vista que o servidor ainda não tinha completado os requisitos legais para se aposentar;
- (E) tem direito à pensão vitalícia e integral, tendo em vista que, na data do óbito do servidor, a beneficiária era casada com o servidor que já tinha vertido com mais de 18 contribuições mensais.

40

A Lei nº 12.846/2013 dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos naquela Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo.

De acordo com a Lei Anticorrupção, dentre os requisitos exigidos para celebração do mencionado acordo de leniência, destaca-se que a pessoa jurídica deve:

- (A) cessar completamente seu envolvimento na infração investigada no prazo de até trinta dias da assinatura do acordo;
- (B) cooperar plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo, independentemente de admitir sua participação no ilícito;
- (C) suspender ou interditar totalmente suas atividades até a sua dissolução compulsória;
- (D) comparecer, quando solicitada, a todos os atos processuais, até a fase de instrução, ainda que sob as expensas do erário;
- (E) ser a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito.

41

De acordo com Resolução CNJ nº 230/2016, as Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão de cada Tribunal, com caráter multidisciplinar, fiscalizam, planejam, elaboram e acompanham os projetos arquitetônicos de acessibilidade e projetos “pedagógicos” de treinamento e capacitação dos profissionais e funcionários que trabalhem com as pessoas com deficiência.

Tais comissões devem estabelecer a fixação de metas anuais, direcionadas à promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência, tais como:

- (A) inclusão, em todos os editais de concursos públicos, da previsão constitucional de reserva de cargos para pessoas com deficiência, exceto nos que tratam do ingresso na magistratura;
- (B) registro da audiência, em qualquer caso, por filmagem de todos os atos nela praticados, sempre que presente pessoa com deficiência auditiva;
- (C) nomeação ou permissão de utilização de guia-intérprete, quando figurar no processo pessoa com deficiência auditiva e visual, custeado pelo particular interessado;
- (D) permissão de entrada e permanência de cães-guias em todas as dependências dos edifícios e sua extensão;
- (E) pelo menos a metade de locação de imóveis, aquisição ou construções novas deverão ser feitas com acessibilidade.

42

A União celebrou contrato administrativo com sociedade empresária especializada para prestação de serviços de apoio às atividades de copeiros. A contratada ficou inadimplente no pagamento das verbas trabalhistas aos empregados que trabalharam por força de tal contrato. Restou comprovado que a Administração Pública foi omissa em seu dever de fiscalizar o fiel cumprimento do contrato pela prestadora do serviço, no que diz respeito às obrigações trabalhistas referentes aos empregados vinculados ao contrato celebrado, agindo, pois, com culpa *in vigilando*.

No caso em tela, com base na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, a União:

- (A) tem responsabilidade solidária, por ser a beneficiária dos serviços finais prestados pelos empregados contratados pela sociedade empresária;
- (B) tem responsabilidade subsidiária por ter agido com conduta culposa no cumprimento da fiscalização das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora;
- (C) tem responsabilidade civil objetiva por todos os encargos trabalhistas devidos aos empregados das pessoas jurídicas contratadas, independentemente de ter agido com culpa ou dolo;
- (D) não tem qualquer responsabilidade pelos encargos trabalhistas porque não tem o dever de fiscalizar as obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora;
- (E) não tem qualquer responsabilidade trabalhista, pois a Constituição Federal de 1988 estabelece a responsabilidade civil subjetiva do poder público nos casos de culpa ou dolo do agente público.

43

O Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, após processo licitatório na modalidade pregão, contratou sociedade empresária para fornecimento de determinados materiais de informática. Ocorre que, além de não ter fornecido todos os produtos contratados, o TRT descobriu que os entregues eram falsificados pela própria contratada.

De acordo com a Lei nº 8.666/93, pós regular processo administrativo, garantida a ampla defesa à contratada e observado o princípio da proporcionalidade, o tribunal contratante poderá aplicar-lhe, dentre outras, a sanção administrativa de:

- (A) multa de até três vezes o valor do contrato, independentemente de ter sido prevista no contrato, além de ressarcimento integral do dano, pagamento de multa civil de até cinco vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público por prazo não superior a cinco anos;
- (B) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública direta ou indireta de quaisquer dos poderes da União, Estados, Municípios e Distrito Federal por prazo não superior a cinco anos;
- (C) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta ou indireta de quaisquer dos poderes da União, Estados, Municípios e Distrito Federal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei;
- (D) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de outra pessoa jurídica do mesmo grupo empresarial;
- (E) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público por prazo não superior a cinco anos.

44

Fernando, Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho de determinada região, lotado no setor de compras do Tribunal, no exercício da função, facilitou a aquisição de bem por preço superior ao de mercado. Fernando agiu em conluio com Francisco, representante legal da sociedade empresária contratada, sendo que ambos auferiram vantagem econômica indevida e causaram prejuízo ao erário.

De acordo com a Lei nº 8.429/92:

- (A) Fernando deve ser responsabilizado por crime de responsabilidade e ato de improbidade administrativa, na qualidade de agente público que cometeu o ato, e Francisco responderá apenas na esfera cível pelo ressarcimento ao erário, pois como particular não se submete à lei de improbidade;
- (B) Fernando deve ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, na qualidade de agente público que cometeu o ato, e Francisco responderá apenas na esfera criminal, pois como particular não se submete à lei de improbidade;
- (C) ambos devem ser responsabilizados por ato de improbidade administrativa: Fernando, porque na qualidade de agente público que cometeu o ato, e Francisco porque, apesar de particular, se beneficiou do ato;
- (D) ambos devem ser responsabilizados por ato de improbidade administrativa, independentemente de serem agentes públicos ou particulares, sendo imprescindível para a configuração de qualquer ato de improbidade a demonstração do dano ao erário;
- (E) ambos devem ser responsabilizados por ato de improbidade administrativa, independentemente de serem agentes públicos ou particulares, sendo imprescindível para a configuração de qualquer ato de improbidade a presença do elemento subjetivo dolo, eis que inexistente, em qualquer hipótese, improbidade culposa.

Noções de Direito do Trabalho

45

Maria Lúcia é empregada da empresa Maravilha S.A. e recebe, mensalmente, além de ajuda de custo, diárias para viagem de 20% do seu salário quando precisa se deslocar pela empresa para local distante, tendo de prestar contas dos gastos.

À luz da legislação e da jurisprudência do TST, é correto afirmar que:

- (A) nenhuma das parcelas citadas integrará o salário da empregada, dada a natureza indenizatória delas;
- (B) somente integrará o salário de Maria Lúcia o valor recebido a título de ajuda de custo, por ter natureza salarial;
- (C) uma vez que as diárias excedem 10% do salário da empregada, o que extrapola esse limite terá natureza salarial, ou seja, os outros 10%;
- (D) Maria Lúcia terá direito à integração de ambas as parcelas ao seu salário para todos os efeitos legais, já que elas têm natureza contraprestativa;
- (E) a ajuda de custo não se inclui no salário da empregada, mas o valor das diárias deve integrá-lo para todos os efeitos legais, enquanto perdurarem as viagens.

46

Fabiola, empregada da empresa Casamento Feliz S.A., adotou uma criança de dois anos de idade.

À luz da legislação trabalhista, é correto afirmar que:

- (A) sendo a lei omissa a respeito, caberá a utilização analógica das garantias devidas à mulher que engravida;
- (B) Fabiola não terá direito ao afastamento nem ao recebimento do benefício previdenciário, porque não gerou a criança;
- (C) caso Fabiola seja casada ou tenha união estável, poderá requerer o benefício previdenciário de salário-maternidade;
- (D) haverá direito à garantia provisória no emprego de até 5 (cinco) meses após a adoção, conforme previsto em Lei;
- (E) a empregada adotante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário.

47

Gabriel, com 17 anos, foi contratado para prestar serviços como caseiro, três vezes por semana, na casa de veraneio de Mario Sérgio e sua família. Além de arrumar a casa, o respectivo empregado também cultiva uma horta destinada à subsistência do grupo familiar.

À luz da legislação trabalhista, é correto afirmar que:

- (A) o contrato é válido porque Gabriel tem mais de 16 anos, idade mínima para a contratação;
- (B) uma vez que Gabriel não comparece todos os dias à casa de Mario Sérgio, não pode ser considerado empregado nos moldes da CLT;
- (C) a situação retrata modalidade de trabalho proibido para menor de dezoito anos;
- (D) o empregado está acumulando as funções de empregado doméstico e agricultor, tendo assim direito a um acréscimo salarial;
- (E) o trabalho realizado por Gabriel é ilícito e não gera direito a qualquer parcela ou indenização.

48

Madalena é empregada da empresa Fábrica de Sonhos Ltda., localizada em Rio do Sul (SC), na qual exerce a função de vendedora, cumprindo jornada de trabalho de 2ª a 6ª feira das 9:00 às 18:30 horas, com intervalo para refeição de 1:30 horas, e aos sábados das 8:00 às 13:00 horas, com pausa de 1 hora.

À luz da legislação e da jurisprudência uniforme do TST, é correto afirmar que:

- (A) o acerto deste horário é válido, desde que seja previsto em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho;
- (B) a empregada em questão terá direito a horas extras em razão do intervalo para refeição, que foi concedido em desacordo com a CLT;
- (C) a jornada cumprida pela empregada ensejará o pagamento de horas extras pelo intervalo interjornada violado;
- (D) a jornada cumprida é válida, o que não dá margem ao pagamento de horas extras;
- (E) Madalena receberá horas extras com adicional de 50% porque a sua jornada supera o limite constitucional.

49

Carlos Augusto ajuizou ação trabalhista em face da empresa Boa Sorte S.A., postulando o pagamento de adicional de insalubridade. Muito embora a atividade por ele exercida não conste como insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho, restou constatada a insalubridade em grau máximo por meio de laudo pericial.

À luz da legislação e da jurisprudência uniforme do TST, é correto afirmar que:

- (A) sendo detectado em perícia o agente agressor mas não constando do rol oficial, o trabalhador terá direito à metade do valor do adicional de insalubridade;
- (B) o reclamante não tem direito ao pagamento do adicional de insalubridade;
- (C) o empregado terá direito ao adicional de insalubridade, na razão de 30% sobre o seu salário-base;
- (D) Carlos Augusto receberá o adicional de insalubridade integralmente, porque o agente agressor à saúde foi detectado em perícia;
- (E) diante dessa discrepância, o juiz terá de determinar a realização de nova perícia para ter uma 2ª conclusão técnica.

50

Marta era empregada da empresa Surpresa Ltda., exercendo a função de secretária. Após dois anos de serviços prestados, recebeu aviso prévio trabalhado. Durante o período de cumprimento do aviso prévio, a respectiva empregada praticou ato de improbidade.

À luz da legislação e da jurisprudência uniforme do TST, é correto afirmar que:

- (A) o caso deverá ser levado ao conhecimento da Justiça do Trabalho, que determinará qual será a forma de rompimento contratual final;
- (B) a empregada não tem direito ao restante do prazo do aviso prévio e ao pagamento das verbas rescisórias de natureza indenizatória;
- (C) considerando que o fato aconteceu durante o aviso prévio, o empregador será obrigado a perdoar a falta;
- (D) altera-se a natureza jurídica da ruptura contratual para culpa recíproca, de modo que Marta receberá 50% das verbas devidas;
- (E) a ocorrência de falta grave não é mais juridicamente relevante, porque seu contrato já havia sido rompido.

51

José Carlos é empregado da empresa Boa Vista Ltda. e foi eleito para exercer a função de membro do Conselho Fiscal do sindicato representante de sua categoria profissional.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar, à luz da legislação e da jurisprudência uniforme do TST, que:

- (A) não assiste ao respectivo empregado a garantia provisória de emprego assegurado ao dirigente sindical;
- (B) o membro do conselho fiscal, por ter tarefa afeta à fiscalização da gestão financeira do sindicato, tem a garantia no emprego preservada, porém pela metade do tempo legal;
- (C) dependerá do juiz do Trabalho, analisando cada caso concreto, declarar se o membro do Conselho Fiscal do sindicato dos empregados tem garantia no emprego;
- (D) por ser dirigente sindical, José Carlos tem estabilidade provisória até 1 ano após o término do seu mandato;
- (E) a garantia no emprego existe e opera efeitos no caos concreto, salvo se o empregado cometer falta grave, que deve ser apurada em inquérito judicial.

Administração Pública

52

Ao preparar um instrumento licitatório para aquisição de materiais, um analista do TRT consultou o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (2014) para verificar as diretrizes que devem nortear as contratações.

Das diretrizes listadas, a única fora do escopo da perspectiva das contratações sustentáveis é:

- (A) adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo;
- (B) estabelecimento de margem de preferência para produtos manufaturados nacionais;
- (C) preferência para produtos de origem vegetal;
- (D) preferência para produtos reciclados e recicláveis;
- (E) preferência, nas aquisições e locações de imóveis, àqueles que atendam aos requisitos de acessibilidade.

53

Quando uma pessoa ocupa um cargo público, assume efetivamente um conjunto de atribuições e responsabilidades, previstas em uma estrutura organizacional, o qual deve ser exercido de acordo com padrões éticos.

Em suas atividades, o servidor público não apenas deve agir internamente com retidão, mas também demonstrá-la para a sociedade.

Essa busca de convergência entre a natureza da ação e a aparência da ação é denominada:

- (A) accountability;
- (B) decoro;
- (C) imparcialidade;
- (D) impessoalidade;
- (E) probidade.

54

Na concepção de governança no setor público, o Tribunal de Contas da União emitiu um documento Referencial Básico de governança, o qual é aplicável a órgãos e entidades da administração pública, com vistas a promover ações indutoras de melhoria da relação entre governo e sociedade.

A partir da literatura de governança, o documento traz os conceitos de principal e agente. No contexto da administração pública, o principal pode ser exemplificado:

- (A) pela autoridade máxima;
- (B) pelos conselhos;
- (C) pelos cidadãos;
- (D) pelos representantes eleitos;
- (E) pelos representantes nomeados.

55

Um determinado órgão da administração pública recebeu um pedido de acesso à informação por meio do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) no dia 1º de julho de 2017. A informação pedida não tem caráter sigiloso, mas não está disponível integralmente e precisará ser processada pelo órgão.

Considerando o prazo máximo nos termos da Lei de Acesso à Informação, incluindo eventuais prorrogações, a informação deve ser fornecida ao requerente até:

- (A) 10 de julho;
- (B) 15 de julho;
- (C) 20 de julho;
- (D) 30 de julho;
- (E) 30 de agosto.

56

Ao analisar os documentos relativos à prestação de contas de ente público, os analistas de um órgão de controle e fiscalização se detiveram em um contrato específico de prestação de serviços em que todas as regras de licitação e contratação foram cumpridas.

Porém, segundo os analistas, o contrato não atendia ao interesse público, principalmente por ter sido executado em período de crise econômica, em que diversos serviços essenciais sofreram cortes, e investimentos prioritários não foram realizados.

A observação dos analistas está alinhada com o seguinte princípio básico de governança no setor público:

- (A) accountability;
- (B) equidade;
- (C) eficiência;
- (D) legitimidade;
- (E) responsabilidade.

57

Uma das exigências de divulgação dispostas na Lei Complementar nº 131/2009 refere-se à liberação em tempo real de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira. Para cumprir esse dispositivo, os entes públicos devem divulgar:

- I. o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras;
- II. facultativamente, de forma sintética, os recursos extraordinários;
- III. informações mínimas quanto à execução da despesa: número do processo, descrição do bem fornecido ou serviço prestado, beneficiário do pagamento;
- IV. processos licitatórios que envolvam despesas de pequena monta, facultativamente.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;
- (B) I e III;
- (C) I e IV;
- (D) II e III;
- (E) II e IV.

58

Uma das inovações da Lei de Responsabilidade Fiscal está prevista no artigo 48, que trata da transparência da gestão fiscal. Esse artigo foi atualizado pela Lei nº 131/2009.

A divulgação das informações previstas nessa lei:

- (A) é obrigatória apenas ao Poder Executivo;
- (B) tem periodicidade anual;
- (C) tem natureza de recomendação, pois não há penalidade em caso de descumprimento;
- (D) pode ser substituída pela divulgação no diário oficial ou jornal de grande circulação;
- (E) representa a denominada transparência ativa, pois parte da própria administração.

Noções de Administração Orçamentária e Financeira

59

No ciclo de execução orçamentária, o controle de ingressos e desembolsos faz-se mister para cumprir os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Uma das regras importantes se refere ao registro da receita orçamentária no momento da arrecadação, que tem como justificativa:

- (A) acompanhar a meta de resultado primário definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- (B) definir fonte de recursos para abertura de créditos adicionais;
- (C) evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva;
- (D) impedir o uso indevido de recursos para cobertura de restos a pagar;
- (E) propiciar informações relativas à variação do patrimônio público.

60

Em um dado exercício, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de um ente público autorizava a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 25% da despesa prevista naquele orçamento.

Para fins de cumprimento desse limite:

- (A) dispensa-se a indicação de fonte de recursos;
- (B) incluem-se os créditos adicionais abertos para fazer face a novas despesas;
- (C) não se incluem os créditos abertos com recursos de reserva de contingência;
- (D) não são consideradas as alterações na modalidade de aplicação do crédito orçamentário;
- (E) são considerados os créditos para despesas imprevisíveis e urgentes.

61

Considere as despesas descritas no quadro a seguir:

Elemento de despesa	Empenho
Aquisição de Títulos de Crédito	35.000
Juros sobre Dívida por Contrato	27.350
Locação de Mão de Obra	32.400
Material de Consumo	18.500
Material para Distribuição Gratuita	16.200
Material Permanente	41.700
Obras e Instalações	83.600
Passagens e Despesas com Locomoção	21.150
Serviços de Consultoria	19.000

As despesas que, no momento da execução, NÃO representam redução do saldo patrimonial, por serem despesas de capital, totalizam:

- (A) 134.600;
- (B) 160.300;
- (C) 176.500;
- (D) 192.700;
- (E) 294.900.

62

Ao final de um exercício foram obtidas as seguintes informações da execução orçamentária de um ente público:

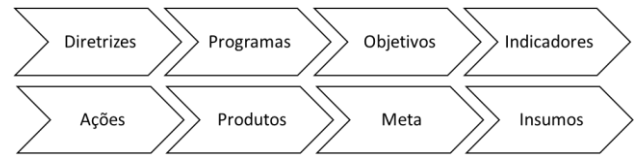
Descrição	Valor (milhares)
Arrecadação de receitas tributárias	80.000
Empenho de despesa orçamentária	72.000
Liquidação de despesa corrente	56.000
Pagamentos efetuados	50.400

Considerando as disposições legais para inscrição em restos a pagar, e sabendo-se que a disponibilidade financeira líquida do ente ao final do exercício era de 20.000, é correto afirmar que:

- (A) a disponibilidade financeira não afetará a inscrição de restos a pagar;
- (B) despesas processadas e não processadas serão canceladas;
- (C) do valor das despesas empenhadas, 1.600 serão cancelados;
- (D) haverá cancelamento de despesas não processadas no valor de 9.600;
- (E) o valor total de restos a pagar não processados pode ser inscrito.

63

O modelo orçamentário vigente no Brasil é baseado nos conceitos de orçamento-programa, cujos elementos básicos estão apresentados na figura a seguir.



A definição de uma metodologia para medir desempenho de um programa e os elementos necessários à consecução de um produto se referem, respectivamente, a:

- (A) diretrizes e ações;
- (B) indicadores e ações.
- (C) indicadores e insumos;
- (D) meta e ações;
- (E) meta e insumos.

64

Após vencer uma licitação para prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática (computadores e empresas), uma empresa apresentou à entidade pública uma nota fiscal dos serviços prestados nos primeiros dois meses de contrato.

Após confirmação do fiscal do contrato, o documento foi enviado ao setor de processamento de despesa para conferência, etapa associada ao estágio do(a):

- (A) adjudicação;
- (B) empenho;
- (C) lançamento;
- (D) liquidação;
- (E) pagamento.

65

Em um determinado ente público foram levantadas algumas alternativas para economia de recursos em decorrência da queda na arrecadação, e uma delas foi a junção de matérias para publicação no Diário Oficial. Assim, para a publicação do orçamento para o exercício seguinte, foram agregados, na mesma lei, autorizações para concessão de isenções e incentivos fiscais para fomentar a economia local.

Apesar da intenção de promover economia de recursos, essa decisão está em desacordo com o princípio do(a):

- (A) equilíbrio;
- (B) exclusividade;
- (C) orçamento bruto;
- (D) publicidade;
- (E) transparência.

Administração

66

Após o estágio probatório, um servidor foi convidado a ser o novo gerente de planejamento da organização, pois sua performance nas funções administrativas foi excepcional.

Em relação à função administrativa organização, é correto afirmar que:

- (A) faz a distribuição das tarefas, das autoridades e dos recursos entre os membros da organização;
- (B) é o planejamento dos objetivos e estratégias para alcançá-los;
- (C) direciona as pessoas para o desenvolvimento de suas atividades;
- (D) monitora e assegura que os objetivos definidos estão sendo alcançados;
- (E) é uma capacidade individual de colocar os documentos nos lugares certos, manter a mesa limpa e os e-mails em dia.

67

Em uma empresa de tecnologia de informação, a estratégia de controle comportamental parte do pressuposto de que os funcionários são motivados pelo sentimento de reconhecimento e realização. Os objetivos e metas individuais são estabelecidos de forma participativa, as recompensas são relacionadas ao desempenho, considerado em várias dimensões, e os resultados observados no controle são utilizados como formas de identificação e resolução de problemas, em vez de voltados para responsabilização e punição.

Esta estratégia de controle comportamental é conhecida como controle por motivação interna, e tem como um potencial resultado negativo:

- (A) diminuição da satisfação e do comprometimento dos funcionários;
- (B) comportamento disfuncional por parte dos funcionários, resistindo ou burlando o sistema;
- (C) pouco comprometimento dos funcionários para com o desempenho global da organização;
- (D) estabelecimento de objetivos individuais pouco ambiciosos;
- (E) comportamento conformista e limitado ao cumprimento do exigido, por parte dos funcionários.

68

Na gestão profissional é comum ouvir que “o que se mede, melhora”. Medir e avaliar pessoas é um dos assuntos mais delicados da gestão de pessoas.

A avaliação de desempenho tem como objetivos:

- (A) objetivo de desenvolvimento, como promover funcionários;
- (B) objetivos táticos, como o alcance das metas organizacionais;
- (C) objetivos estratégicos, de aumentar a produtividade individual;
- (D) objetivos legais, de fornecer anualmente o feedback da performance dos empregados;
- (E) objetivos administrativos, como remuneração.

69

Em empresas situadas em economias de industrialização tardia, o desenvolvimento da capacidade inovadora de uma organização depende, entre outros esforços, da absorção e internalização de recursos alavancados externamente, em um movimento conhecido como catching-up. Nesse caso, o desenvolvimento da capacidade inovadora da organização depende dos mecanismos de aprendizagem interna.

Um dos mecanismos básicos para aprendizagem intraorganizacional refere-se à codificação de conhecimentos, que ocorre quando a organização, entre outras iniciativas:

- (A) promove a socialização de novos funcionários;
- (B) elabora manuais de procedimentos de produção;
- (C) promove treinamento no cargo;
- (D) convida especialistas estrangeiros para ministrar palestras;
- (E) recorre à assistência técnica de consultores.

70

Por mais bem gerenciado que seja o projeto, riscos que comprometam a realização e a entrega do projeto vão existir. O gerente do escritório de projetos irá gerenciar um congresso nacional de gestão pública, e para isso contratou um gestor de riscos para auxiliar na identificação, análise e respostas aos possíveis riscos, sejam eles positivos ou negativos.

Em relação às respostas aos riscos negativos, o gestor poderá:

- (A) mitigar os riscos, ao calcular a sua probabilidade e o seu impacto;
- (B) prevenir os riscos, ao tentar reduzir seus impactos;
- (C) aceitar os riscos, que seria reconhecer o risco e optar por não agir;
- (D) transferir os riscos, compartilhando-os com os outros;
- (E) explorar os riscos, ao tentar reduzir a sua probabilidade.

71

Um dos maiores problemas organizacionais é a comunicação. Sabendo disso, o novo gestor pretende escolher um canal rico de comunicação para comunicar seu plano de gestão.

Em relação à riqueza de informação dos canais de comunicação, um dos canais menos ricos de informação é o(a):

- (A) videoconferência;
- (B) *voicemail*;
- (C) discurso ao vivo;
- (D) memorando;
- (E) discussão online.

72

A XYZ é uma fabricante de móveis artesanais atuando há 80 anos no mercado, cujos produtos são comercializados em todo o país. Desde a fundação da XYZ, seus produtos se diferenciaram pelos materiais de primeira qualidade, pelo *design* clássico e pelos altos preços. Já há alguns anos, as vendas vêm caindo significativamente. Os atuais dirigentes, filhos do fundador da empresa, acreditam que isso não se deva apenas ao declínio continuado das vendas do setor, mas também ao fato de o *design* da empresa ser associado a um requinte fora de moda, pelo uso exclusivo de madeiras nobres (que vai contra a tendência de consumo ambientalmente responsável), bem como pelo fato de a concorrência, hoje, ser capaz de produzir móveis mais baratos, com novos materiais e de muito boa qualidade. Com a morte recente do fundador da empresa, os dirigentes decidiram rever a orientação estratégica da empresa. A intenção é passar a utilizar materiais menos nobres na fabricação, restringir a venda dos móveis apenas à região Sul e não investir em novas máquinas de produção, como forma de extrair o máximo de ganhos.

Essa estratégia é conhecida como:

- (A) nicho;
- (B) alienação;
- (C) foco;
- (D) colheita;
- (E) renovação.

73

Uma empresa do setor de transporte contratou uma consultoria para auxiliar no planejamento e no controle de suas atividades. No planejamento, são definidas as metas da organização e os meios para atingi-las. Mas de nada adianta elaborar um bom planejamento, se posteriormente não for comparado o realizado com o planejado, ou seja, não for feito o controle.

Em relação ao controle, é correto afirmar que:

- (A) o controle tático procura avaliar o grau de realização da missão, da visão e de estratégias e objetivos;
- (B) o controle é a função da organização destinada a controlar os equipamentos e materiais;
- (C) o controle de clã é assegurado pela alta direção mediante regras, normas e padrões elaborados junto aos empregados;
- (D) o controle de mercado avalia o desempenho organizacional com base em fatores intrínsecos à organização;
- (E) o controle pode ser de 3 tipos: preventivo, simultâneo e posterior.

74

Para a criação de equipes eficazes é preciso que se considerem variáveis de contexto, de composição e de processos da equipe.

É uma variável de processos da equipe, fortemente relacionada ao seu desempenho:

- (A) nível de conflito;
- (B) liderança;
- (C) tamanho da equipe;
- (D) alocação adequada de papéis;
- (E) sistemas de avaliação de desempenho.

75

Uma montadora de carros adota estratégia de diferenciação de produto no nível do negócio. Para fortalecer essa estratégia, a montadora quer rever alguns de seus requisitos organizacionais.

Em relação à estrutura organizacional, aos sistemas de controle gerencial e às políticas de remuneração, seria adequado implantar, respectivamente:

- (A) estruturas matriciais; supervisão direta; remuneração estratégica;
- (B) estrutura por projetos; quadro executivo restrito; remuneração flexível;
- (C) estrutura hierárquica reduzida; diretrizes amplas de tomada de decisão; recompensas por redução de custo;
- (D) equipes interfuncionais; política de experimentação; recompensas por desempenho multidimensional;
- (E) relações de reporte simples; metas de custo quantitativas; recompensas por metas grupais.

76

Cada vez mais as empresas trabalham com dados, informações e conhecimentos. Uma organização cria e utiliza conhecimento transformando-o de tácito em explícito e vice-versa.

Um dos 4 modos de conversão do conhecimento é:

- (A) socialização: de explícito para tácito, procura compartilhar e criar conhecimento através de experiência direta;
- (B) externalização: de tácito para explícito, procura articular conhecimento explícito através do diálogo e da reflexão;
- (C) combinação: de explícito para explícito, procura sistematizar e aplicar o conhecimento explícito e a informação;
- (D) internalização: de implícito para tácito, procura aprender e adquirir novo conhecimento tácito na prática;
- (E) transferência: de explícito para tácito, procura sistematizar e aplicar o conhecimento explícito e a informação.

77

As organizações podem ser consideradas grupos estruturados de pessoas que se juntam para alcançarem objetivos. Tais organizações podem variar de diversas maneiras, mas o importante é que procurem trabalhar de forma eficaz, eficiente e efetiva.

Em relação à eficácia, à eficiência e à efetividade nas organizações, é correto afirmar que:

- (A) a eficácia é fazer bem as coisas, utilizando o mínimo de recursos;
- (B) a eficiência tem ênfase nos processos e a eficácia nos resultados;
- (C) um empregado é considerado eficaz quando sua produtividade é alta;
- (D) a eficiência está mais relacionada com a escolha dos objetivos mais apropriados e ausência de desperdícios;
- (E) a efetividade está relacionada à minimização dos recursos utilizados, sejam eles recursos como tempo, pessoas, capital ou equipamento.

78

Um projeto originalmente previsto para durar 6 meses foi analisado, em determinada data de controle, pela técnica de EVA (*Earned Value Analysis*). A situação do projeto nessa data era: PV = R\$600,00, equivalente a 40% do planejado; EV = R\$200,00, equivalente a 30% do planejado e AC = R\$620,00.

O gerente do projeto está otimista e acredita que o restante do trabalho será executado de acordo com o PV.

O orçamento na data de conclusão (BAC) é de:

- (A) R\$0;
- (B) R\$500,00;
- (C) R\$900,00;
- (D) R\$1.380,00;
- (E) R\$1.500,00.

79

A vistoria da CIPA em um hotel detectou a seguinte situação em relação à segurança do trabalho: jornada de trabalho prolongada; exigência de postura inadequada no trabalho; e calor excessivo no ambiente.

O local apresenta agentes de riscos:

- (A) ergonômicos e físicos;
- (B) físicos e de acidentes;
- (C) físicos, ergonômicos e de acidentes;
- (D) ergonômicos e de acidentes;
- (E) de acidentes, apenas.

80

A alta diretoria de um órgão público de grande porte que presta um serviço de alta complexidade quer definir um sistema de controle como forma de monitorar o comportamento dos funcionários no desempenho do trabalho. O órgão tem cultura pouco participativa, e o estilo das principais lideranças é autocrático.

Tendo em vista as características de um sistema de controle eficaz, seria adequado adotar, no contexto descrito:

- (A) supervisão direta;
- (B) autoavaliação de desempenho;
- (C) auditoria;
- (D) indicadores de produtividade da mão de obra;
- (E) formalização de regras, procedimentos e políticas.

Discursiva**1**

Um administrador contratou a reforma de um andar da sede da empresa em que trabalha, ao custo de R\$200.000,00, com o prazo de quatro meses para realização da obra.

Ao fim do segundo mês, a situação do projeto é a retratada na tabela abaixo.

Planejado		Realizado	
Prazo	Valor	Custo	Valor entregue
Mês 1	50.000,00	52.000,00	40.000,00
Mês 2	100.000,00	120.000,00	96.000,00
Mês 3	150.000,00		
Mês 4	200.000,00		

i) Analise o andamento do projeto pela técnica de EVA (*Earned Value Analysis*), apresentando os cálculos e informando os valores de: CV (variação do custo); SV (variação do cronograma); CPI (índice de performance de custo); SPI (índice de performance de prazo).

ii) Calcule o ETC (estimativa para concluir o projeto), como desempenho de custos, para dois cenários: no cenário 1, o restante do projeto será executado de acordo com o valor planejado (PV); no cenário 2, o restante do projeto seguirá a tendência do índice de performance de custo (CPI). Apresente os cálculos.

Espaço para resposta: 1 página

Valor da questão: 8 pontos

2

A Administração Pública, após regular processo licitatório, celebrou contrato administrativo com sociedade empresária para fornecimento de determinados bens, pelo período de doze meses.

Ocorre que, no curso do contrato, a Administração contratante ficou em atraso por cento e vinte dias nos pagamentos devidos à contratada, em relação a fornecimento de bens já recebidos.

Tendo em vista que o particular contratado está em dia com suas obrigações contratuais, mas a Administração está inadimplente, elabore texto dissertativo, de forma objetivamente fundamentada, sobre as providências que o particular pode adotar em face da Administração contratante.

Deverão ser abordados, no mínimo, os seguintes temas:

- i. o particular pode invocar a exceção do contrato não cumprido contra a Administração Pública?
- ii. cabe ao particular o direito de suspensão do cumprimento de suas obrigações? Caso positivo, é necessário provimento judicial?
- iii. o particular pode rescindir o contrato administrativo? Caso positivo, é necessário provimento judicial?

Quantidade máxima de linhas: 20

Valor da questão: 6 pontos

3

Roberval trabalha como tradutor na empresa Multilínguas S.A. Além do salário contratado, ele tem direito a um plano de saúde médico e odontológico custeado integralmente pelo empregador. Durante 8 meses, Roberval foi transferido para a capital de outro Estado brasileiro, o que exigiu que ele se mudasse nesse período, findo o qual retornou ao local de origem. Há aproximadamente 6 meses, Roberval sofreu um desconto a título de previdência privada e, quando indagou à chefia sobre essa subtração, responderam-lhe que circulou na intranet um documento informando quanto a esse desconto e suas vantagens para o empregado, bem como que o colaborador que não desejasse a subtração deveria informar ao chefe imediato. Finalmente, Roberval recebeu aviso prévio na forma trabalhada porque o seu empregador iria encerrar as atividades.

Diante da situação retratada, de acordo com a CLT e o entendimento consolidado pelo TST:

- i. analise se o plano de saúde médico e odontológico deverá ser integrado ao salário do empregado para os fins legais;
- ii. informe se, durante o período em que atuou em outro Estado, Roberval terá direito a alguma contraprestação adicional e, em caso positivo, de que valor;
- iii. analise a validade do desconto a título de previdência privada;
- iv. informe o prazo que o empregador terá para pagamento das verbas resilitórias.

Quantidade máxima de linhas: 30

Valor da questão: 6 pontos

Realização

